

BENEDICTO VALLADARES

NA ESTEIRA DOS TEMPOS

869.5
V176m
ex. 2
n 8000 8300

RIO DE JANEIRO — 1957

PRÓLOGO

Com o objetivo de evitar que alguns de nossos discursos se dispersem muito rapidamente, resolvemos reuni-los neste pequeno volume. Se assim não o fizéssemos, é bem provável que, dentro em pouco, nem o orador se lembrasse mais deles, embora versem assuntos de relevo.

A maioria faz o elogio de mortos, não destes que a saudade revive, ao redor do fogo, em noite de chuva mansa, nas vilas do interior, mas daqueles que se distanciaram dos outros pelos seus feitos durante a profícua existência.

Dois, entretanto, não passam de bate-bôcas com eminentes homens públicos aos quais continuamos a querer bem, pois não raro a amizade se solidifica na controvérsia. E são justamente esses que nos obrigam a pequeno prólogo esclarecedor da razão pela qual eximimos os competidores de sua valiosa colaboração.

BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA	
D-PALESTRA DE ECONOMIA SOCIAL	
1311-1-100A	
NUMERO	DATA
1113	11/7/58

Os apartes dão vida aos discursos, na movimentação dos diálogos, que quase sempre empolgam a assistência. E até na frieza do papel têm, às vezes, grande sabor literário. Mas, quando o discurso é lido, quebram a unidade necessária à boa compreensão da escrita.

Acresce que, no caso, os apartes se encontram no "Diário do Congresso" de 11 de junho de 1949 e no de 3 de outubro de 1957, onde poderão ser saboreados pelos amadores do gênero.

Copacabana, 14-10-57.

B. V.

PRESIDENTE AFONSO PENA

SR. PRESIDENTE - - O Vale do Rio Doce, caminho rasgado por Deus nas montanhas a fim de que possa o homem fundir o ferro que impulsiona o progresso deste país, ponteia-se aqui, ali, onde o ouro é mais fácil ou a terra mais fértil, de igrejas e de fogos que, com o correr dos anos, se transformam em vilas e cidades.

Nesse vale, está a velha e tradicional Santa Bárbara.

Seus fundadores, que tinham a alma inquieta dos bandeirantes, ali permaneceram, na faiscação dos rios ou talvez detidos pelas montanhas de ferro ou atraídos da civilização que já começava a irradiar de Ouro Preto.

Com o evoluir do tempo, o meio os foi absorvendo de tal maneira que se fizeram cidadãos amantes da quietude dos lares, na terra natal.

Há um século, nasceu, desse povo e nessa cidade, Afonso Augusto Moreira Pena.

As virtudes cristãs dos mineiros sublimaram-se em sua personalidade eleita.

Sua vida pode ser divisada na trajetória que vai da Academia de São Paulo, no antigo convento de São Francisco, à Cátedra de professor da Escola de Direito de Belo Horizonte, da qual foi fundador.

Estudante aplicado e metódico, professor erudito, advogado prudente e avisado, teve oportunidade de ver as teses, que defendia, apoiadas por juriconsultos de renome em nosso país.

Na sua carreira política — que começou no município, nas fileiras do Partido Liberal ao tempo da monarquia, passou pelo Legislativo provincial, Câmara Geral e Conselho da Coroa — foi também o trabalhador infatigável e o apaixonado defensor das normas jurídicas que asseguram a existência do homem livre.

D. Pedro II, julgador rigoroso e intransigente das qualidades morais de seus súditos, a êle se referia, no exílio, com estas palavras:

"O Pena vai longe, porque alia extraordinária disposição para o trabalho à mais completa probidade".

Liberal e democrata de índole e por educação, Afonso Pena teve o mais destacado papel na consolidação da República.

Presidente da primeira Constituinte Mineira, renunciou ao mandato de Senador como protesto por haver Deodoro dissolvido o Congresso Federal.

Já na Presidência de Minas, deu apoio leal a Floriano para defesa da legalidade ameaçada pela revolta da Esquadra.

Esses fatos mostram a coerência de seu espírito democrático e legalista.

Na Presidência da República, as qualidades do estadista aprimoram-se e evidenciam-se.

Reorganiza o Exército e a Armada, promulga a lei do serviço militar, desenvolve as vias de comunicação, cuida do povoamento do solo, da economia, fortalece as finanças.

Simple, desambicioso, tolerante, Afonso Pena sabia transigir com dignidade na política.

No problema de sua sucessão à Presidência da República, dá mostras desse espírito democrático.

Simpático à candidatura de seu Ministro da Fazenda, David Campista, personalidade de escol, identificado com os problemas económicos e financeiros que a lucidez do velho estadistas considerava os mais importantes da época, surgiram, não obstante, divergências e contradições.

Foi o bastante para Afonso Pena se alhear do problema, deixando que os Partidos o resolvessem.

O Brasil entra em uma de suas mais belas fases de vida republicana com a campanha civilista a que Rui Barbosa emprestou o fulgor de seu génio, sombreada, porém, com o falecimento inesperado do Presidente, que abalou a Nação e comoveu profundamente Minas Gerais.

Como estivéssemos no calor da campanha política, em que disputavam a Presidência da República o Marechal Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, os fatos foram deturpados de maneira que se fazia passar o grande Estado

central como contrário à candidatura de militares.

No momento em que se comemora o centenário de seu grande filho, é oportuno que isto seja elucidado e o vamos fazer com as palavras do próprio Presidente, que interpreta fielmente os sentimentos dos mineiros:

"Que jamais negara aos militares o direito de exercer cargos políticos; negava-lhes, sim, o direito de apoiar-se na força para atingir a estes cargos".

Minas Gerais nunca distinguiu os cidadãos pelas classes que representam.

São todos lidadores do serviço da Pátria e aqueles que se destinam ao nobre mister da carreira das armas, por si só uma escola de civismo, têm merecido, nas suas justas aspirações políticas, em igualdade de condições com os demais compatriotas, o apoio decisivo dos mineiros.

Na homenagem com que o Partido Social Democrático, por seus representantes na Câmara dos Deputados, reverencia a memória do

grande presidente Afonso Pena, é bem que fale um de seus auxiliares mais eminentes, que assistiu aos seus últimos momentos.

Estas palavras são do Ministro Tavares de Lira:

"Faleceu às duas horas da tarde, mais ou menos, depois de receber os sacramentos da Igreja. Seu semblante, no instante em que pagou o último tributo à lei inexorável da contingência humana, era de uma placidez e serenidade impressionantes. Teve, no dizer de Rio Branco, a morte de um Justo".

E os justos continuam a viver pelos séculos além, nas suas palavras, nos seus feitos e na sua devoção a Deus e à Pátria.

Câmara dos Deputados, 2 de dezembro de 1947.

LUIZ MARTINS SOARES

SR. PRESIDENTE - - Fomos surpreendidos, esta madrugada, com a dolorosa notícia do passamento de Luiz Martins Soares, nosso companheiro de direção do Partido Social Democrático, em Minas Gerais.

Constituinte em 1934 e 1946, ocupou quase todos os cargos do Governo de seu Estado e é bem conhecido desta Casa.

É doutrina assente que os homens públicos se firmam quando trazem aprimoradas as virtudes do meio em que vivem. Luiz Martins Soares era bem o mineiro, na sua simplicidade, no seu amor ao Município, no seu devotamento à Pátria, na sua bravura, no seu despreendimento e até na tristeza que exteriorizava no humor de sua palestra encantadora.

Nós, que tivemos a ventura de privar de sua intimidade, sabemos que o seu coração e

o seu espírito nunca estiveram divorciados. Nas fases mais agudas da política, êle foi sempre o homem de caráter temperado pelas qualidades de um grande coração.

Estas palavras, Sr. Presidente, são pronunciadas em nome do Partido Social Democrático, com o objetivo de justificar o requerimento da bancada mineira do Partido, escrito com emoção, pedindo um voto de pesar e a suspensão dos nossos trabalhos, em homenagem póstuma a Luiz Martins Soares.

À Câmara, assim deliberando, estará também rendendo tributo às virtudes dos homens públicos, nos seus melhores padrões.

Câmara dos Deputados, 30 de julho de 1948.

HORÁCIO CARTIER

SR. PRESIDENTE - - O político e o jornalista servem ao mesmo e exigente Senhor. Caminham na mesma estrada, sobem os mesmos morros, machucam os pés nas mesmas pedras.

Às vezes, passam um pelo outro, mal tocam o chapéu; acontece os fardos que carregam se esbarrarem, mas quase sempre descansam a carga na beira do caminho, limpam o suor do rosto e seguem juntos.

São delegados do povo, no seu serviço, sem distribuição de tarefas. Trabalham num só eito, constróem um só edifício. Nem por serem companheiros, deixam de fiscalizar um ao outro no cumprimento do dever. A fiscalização do jornalista deve ser mais rigorosa, porque êle quase sempre constrói criticando. A sua pena marca e corrige rumos. É o mestre de obra que põe os andaimes ao passo que endi-

reita a posição dos operários no serviço. Esta polia está frouxa, aquela máquina mal lubrificada; está sendo desperdiçado algodão.

Missão nobre, a do jornalista, para **ser** exercida como a exerceu Horácio Cartier. Hoje, que **êle** fechou os olhos para sempre, nós, políticos, desta tribuna, lamentamos a sua perda. Não mais a sua palavra de ânimo, o seu encorajamento, a sua censura. Tudo feito com a sinceridade dos que sabem bem o sagrado mister de que estão investidos; o cérebro e o coração funcionando no mesmo ritmo. Nem a transigência licenciosa, nem as vergastadas injustas e sem piedade. O jornalista sabendo que é humano e a homens está servindo. A sua inteligência clara lhe dava a perspectiva da matéria prima e da construção que podia edificar neste país. Arregaçava as mangas e trabalhava sem desfalecimentos e sem canseiras. Nunca o pessimismo o dominou, por que **êle** sabia o que fazer e o efeito que podia tirar do material que ajudava a trabalhar. Não construía invejando o que é dos outros por ser melhor. Labutava com o cuidado de quem não quer arrebentar a corda da **tradição**.

O progresso material é muito, mas desde que possamos chegar até a **êle** carregando o que é nosso. A nossa crença, a nossa família, o nosso lar modesto, o nosso modo de ver e de sentir.

Homem de **espírito**, sabia cultivar os sentimentos que mais enobrecem; poeta, orvalhava essa cultura das mais finas essências. Era um encanto privar-se na sua amizade e na sua convivência. Por tudo isto, há uma grande **consternação** pelo seu passamento. Felizes os que podem morrer assim. Com estas palavras, Senhor Presidente, em nome do Partido Social Democrático, pedimos um voto de pesar da **Câmara** pelo falecimento do jornalista Horácio Cartier.

Câmara dos Deputados, 5 de outubro de 1948.

VIRGÍLIO DE MELLO FRANCO

À gente precisa ter um bocado de sangue nas veias, um homem é um homem. Assim falava Flor, Sr. Presidente, a personagem que o génio de Afonso Arinos viu lidando nos sertões agrestes do Paracatu.

E é tão difícil o homem ser homem. Tudo conspira contra êle, a natureza e os outros homens. Tem de andar de cabeça erguida, não pode rastejar, senão vira verme. A sua espinha, porém, não deve ser tão ereta, a sua cabeça tão apumada, que se transforme em déspota. Nem escravo nem senhor; cidadão. E cidadão de uma Pátria que ainda não conseguiu estuário para as suas águas, conduto para as suas seivas. Tudo transborda por aí, sem rumo definido, sem destino certo. Nas vasantes fica o que é bom e o que é mau, o homogêneo e o heterogêneo. Não é fácil distin-

guir nesse material impreciso e disforme, daí as nossa canseiras e indecisões.

Virgílio de Mello Franco aparece em 1930, com ideias da mais pura civilização política. Êle, em cujas veias corria o sangue de ancestrais nascidos nas caatingas duras de Minas, alista-se entre os que não concordaram com que o Presidente influenciasse na escolha de seu sucessor. Aí se define propriamente a sua personalidade e ela se vai moldando pelos tempos afora. Constituinte em 1934, revolta-se contra o regime instituído no Brasil em 1937 e, quando se torna oportuno, forceja por lhe abrir brechas.

A história da vida dos homens públicos e dos episódios políticos somente pode ser vista, em contornos definidos, à distância. E os fatos são recentes, e êle desapareceu ontem. Num ponto todos estamos de acordo: na sinceridade de seus propósitos, na vibração de seu patriotismo, no destemor de sua ação.

O destino, que lhe deu papel marcado na política, lhe reservou também, na dolorosa tragédia de que foi vítima, o de defender aquilo que, por enquanto, ainda é sagrado no Brasil,

o lar modesto, ou opulento. A sua memória é, pois, cara a todos os brasileiros.

Estas palavras não são minhas apenas, são também do Partido Social Democrático.

Câmara dos Deputados, 4 de novembro de 1948.

JOAQUIM LIBÂNIO

SR. PRESIDENTE - - No início da legislatura, quando fomos escolhidos líder de bancada, longe estávamos de supor que teríamos de deplorar desta tribuna o passamento de um companheiro do Partido Social Democrático de Minas Gerais. Se não nos era dado pressentir êsse doloroso acontecimento, êle não nos poderia causar surpresa. A morte não surpreende, entristece. Mas o pior não é morrer, é saber que se vai morrer. A morte é lenta e inexorável. E quanto mais longa se torna a vida, mais prolongada é a morte. Uma ilusão que se apaga, um amigo que tomba e a gente vai morrendo aos poucos. O que é preciso é saber viver. A sabedoria suprema da vida se ostenta em dois extremos que se tocam: o herói e o santo. Joaquim Libânio palmilhou a estrada seguida pelo último. Seus pés não se cansavam, sua fronte não se abatia. A alegria e a serenidade de sua fisionomia revelavam a bondade que morava em seu coração. Era um bom por pensamento, palavras e atos. Em todos os pas-

sos de sua vida, **êle** se nos mostra assim. Na presidência de uma das nossas mais importantes estradas de ferro, em contato direto com o proletário a ajudar, com suas privações, a construir **êste** País elementarmente difícil. Na sua comuna, ao lado de D. Hugo Bressane, **êsse** príncipe da Igreja que, pelas maneiras e pelo espírito, lembra o saudoso D. Leme, Joaquim Libânio foi o mesmo lidador desprendido e silencioso do bem. Nesta Casa, nos poucos anos que aqui passou, soube conquistar quantos se lhe aproximaram. Não sei se ficaria bem, aos seus amigos e correligionários, dada a sua modéstia, desvendar a sua nobre vida de apóstolo das virtudes humanas. Um fato, porém, que se relaciona com esta Câmara, tantas vezes vítima de injustiças, deve ser lembrado para constar em seus anais: o seu subsídio era destinado diretamente aos pobres do município de Guaxupé. Uma vida que transcorre assim não pode se encerrar num túmulo, embora sempre coberto de flores. **Lembre-mos**, senhores deputados, do nosso colega, como vai fazer o povo mineiro, nas nossas orações. São estes os sentimentos do Partido Social Democrático.

Câmara dos Deputados, 15 de junho de 1949.

RESPOSTA A JOSÉ AMÉRICO

SR. PRESIDENTE — Ocupo esta tribuna com a atmosfera política ainda saturada da radioatividade partida lá das bandas do Monroe.

Em ambiente tão dramatizado **tôda** precaução é pouca para não atrairmos o risco de nos transformar também em agentes de desintegração.

Os homens, Sr. Presidente, cabem, na sua maior parte, em duas categorias: os **boquirrotos** e os que guardam o áureo recato da prudência.

Acreditam os primeiros que o verbo é tudo, arrasa montanhas, confunde as águas. Têm os segundos que o **silêncio** é o sinal supremo da sabedoria.

Nas fases históricas da política brasileira, esses tipos se desenham tão nítidos que dá gosto observá-los. Se uns são admirados, os

outros são cridos e granjeiam, não raro, o respeito do povo.

O Senador José Américo pode ser considerado como paradigma do primeiro grupo. Homem inteligente e culto, gosta de soltar a sua voz canora nas horas difíceis da Pátria. Encantado consigo mesmo, desenrola a língua nos mais variados gorgeios.

E o país escuta embevecido trinados de passarada solta. Desde o urutau medroso e esquivo, até a araponga barulhenta e solerte. Ao mais leve miado, porém, do jaguar **bravio**. . . a **passarola** emudece e refere o malogro da orquestração a algum bico desafinado. Se acontece o contrário, e palmas estrugem, bate asas de dono do terreiro. Assim foi em 1937, assim em 1945 e assim está sendo agora. Costuma debitar-me o Sr. José Américo pelo infeliz êxito de sua candidatura em 1937. Volvem os anos e, em 1945, tomo parte saliente, não apenas no lançamento das candidaturas à presidência da República, como também na implantação do **atual** regime político. E o Sr. José Américo, porque proferisse uma entrevista de larga repercussão, possa-se de tôda a glória

desses fatos e não me abre o mais leve crédito, apesar das grandes lutas que então sustentei, das dificuldades que venci e dos riscos que suportei em benefício da causa nacional. Se eu quisesse ser maldoso sem, nem por isso, ser menos veraz, poderia alinhar o próprio Sr. José Américo como um dos fatores preponderantes da ruína de sua candidatura. Mas talvez me seja mais conveniente ficar com a pecha que me atira a sua suspeição.

Estamos agora às vésperas de nova sucessão presidencial e o Sr. José Américo, sem uma sobra daquela simpatia humana que tanto derramou nas páginas de "A Bagaceira", pretende excluir-me dos conciliábulos políticos, embora concorde em que outras figuras atuantes em 1937 deles participem com o maior desembaraço.

E por que, meus senhores?

A Câmara vai ficar estarecida. Porque o imaginoso romancista me viu em companhia de seu ilustre conterrâneo, Ministro Pereira Lira, nas praias do Arpoador. . .

A questão, portanto, é simples e, infelizmente, sem nenhuma poesia. Trata-se de mera

roupa suja da política local da Paraíba. Se não calhar bera ao Sr. José Américo clarear a sua trouxa nas águas salgadas do Arpoador, poderá, se lhe apeteecer, lavá-las no riacho de **Areia**, ao som das cantigas **embaladoras** das lavadeiras do seu sertão.

Depois, — permita um modesto conselho, — aproveite as águas mansas da sua **dôce** terra natal, onde os homens, rudes e simples, trabalham e sofrem como em todo o interior do Brasil, e lave também as lentes dos óculos e areje a sua consciência de patriota, para poder enxergar que as dificuldades por que está passando a Nação não permitem a esterilidade das questões pessoais que Sua Excelência está levantando da tribuna do Senado. Os seus tão apregoados merecimentos cívicos não rimam com a pertinácia de seus ataques aos propósitos conciliadores do Governo justamente no limiar dos debates do delicado problema da sucessão. A afoiteza do **abissinismo** não tem sequer o mérito da originalidade, mas é profundamente **impatriótico** na hora presente, tanto mais quanto Sua Excelência reconhece na autoridade do Presidente elemento necessário à

solução do problema. E esta autoridade vem, cumpre-me declarar, da sinceridade democrática, modéstia, ponderação, critério e inteligência política do Chefe do Governo. Mas nada disso importa ao narcisismo exclusivista do Sr. José Américo, que cumpre o seu destino, que é destruir, a sua vocação **irremovível** de paladino de pendão e caldeira, que investe de lança em riste, ainda nas horas de repouso e de tréguas. E de boatos, de **disse-que-disse**, constrói sua barricada contra o Governo.

Às vezes, o trai o subconsciente e **êle** se assusta com receio de estar sendo leviano, para prosseguir em seguida e terminar clamando, com exaltação, que "reencontrei o meu destino, sou fiel à minha vocação de combater, isso é meu e morrerá comigo". Diante disso, só nos resta, **parafraseando** o divino cético de "**Braz Cubas**", concluir: — o cupim corrói, por que corrói.

Câmara dos Deputados, 10 de julho de 1949.

O PRETO SCIPIÃO

Com eleger o menos próprio de seus amigos para, em solenidade de seleção de valores no **domínio** do espírito, falar de coisas de arte, quis, evidentemente, Assis Chateaubriand distinguir o admirador sincero de suas realizações. Vim a conhecer Assis Chateaubriand depois que deixei o governo de Minas. Antes, eu sabia do jornalista impetuoso, sempre pronto a molhar em fel, e, às vezes, em ácido prússico, sua pena açacalada e ferina. Depois, pude sentir o homem de coração devotado às coisas nobres do Brasil; individualidade singular, difícil de ser entendida, será melhor divisada do futuro, e através das obras que o seu patriotismo não se cansa de edificar.

O Museu de Arte de São Paulo oferece a particularidade de revelar ao mesmo tempo pensamento e ação criadora. E a aquisição do

quadro "O preto Scipião" para esse Museu evidencia o fino senso artístico e filosófico de seu fundador. Este quadro parece ter sido pintado para os brasileiros. Não os de 1865, mas os de 1950. Naquela época, as obras de Cezanne eram vistas com desdém, quando não desprezadas como realização do mau gosto e do grotesco. Hoje, Assis Chateaubriand compra por alto preço o mais "feio" de seus quadros. Que se passou nesse longo espaço de tempo para que se operasse tão grande transformação? É o que o próprio Cezanne começara a desvendar quando proclamava "que todos os artistas cometem o erro de pintar o que vêem e chamar a isso realidade". Desejava Cezanne "captar a verdadeira realidade sob a aparência, o verdadeiro sentido da forma, que unicamente a inteligência, e não a vista, pode compreender". É a escola impressionista, que evoluiu e se tornou vitoriosa na arte moderna.

Mas, lancemos uma vista de conjunto sobre o quadro do mestre; que pintou Cezanne em **claro-escuro** forte? Um negro sentado num banquinho, o corpo emborcado, a cabeça descansando sobre o braço com a mão dependu-

rada. Se olharmos simplesmente, é isto; mas se encararmos com os olhos da alma, sentiremos que, mais do que a cabeça sublime em que Murilo pintou a dor materna e a face sombria de Felipe IV, na qual Velasquez desenhou o majestoso terror, Cezanne retratou no preto Scipião o sofrimento de uma raça. Balzac escreveu que o céu e o inferno são dois grandes poemas que fixam os poios em torno dos quais gira nossa existência; a alegria e a dor. E a escravidão é o inferno em que a dor de uma raça pode ser exteriorizada de diversas maneiras, tão variados são os modelos. A mãe preta com o sorriso nos lábios amamentando o sinhôzinho branco, enquanto o filho chora de fome, poderia ser captada nas cores da arte de um grande pincel como o de Cezanne. A posição do dorso do preto Scipião revela a espera resignada do polé. É a dôr sem remédio, porque do limbo já passou ao reino das trevas. E mais se acentua na expressão da fisionomia. É ainda o autor da Comédia Humana quem nos observa que a posição dos braços exprime às vezes pensamentos de felicidade. Na mão caída do preto Scipião, esta mão soberba que permanece na

nossa retina, está impressa tãda a condenação da raça branca. O trabalho sem amor, porque trabalho forçado. Cezanne fixou a alma dessa mão; o artista de hoje iria mais fundo, até os ossos anquilozados, em que ficou gravada a hediondez do crime contra o gênero humano.

Foi sábio, Assis Chateaubriand, quando adquiriu este quadro para o Museu de Arte de São Paulo. É mudo convite à meditação para que os nossos erros sejam completamente redimidos. O trabalho deve ser uma clarinada de alegria e de fé. E, então, na expressão das mãos cheias de vida, porque constróem com amor, os artistas hão de lobrigar pensamentos de felicidade coletiva para fixar nas telas do futuro.

E é nesta casa que solenidade de tão alta significação devia se realizar. Afirmou Lamar-tine que existe uma mulher na origem de todas as grandes coisas. Ana Amélia procura argamassar alicerces à obra social do Brasil, despertando sentimentos de solidariedade nos moços. Não pode haver harmonia num amontoado de pedras brutas. Com o seu polimento é que se avivam as facetas que se entrosam na

beleza das construções, que não mancam nem desequilibram. Tôda obra social depende de espontaneidade e esta só se consegue com a educação. Ana Amélia, abrindo aos olhos dos moços o evangelho do amor ao próximo, tomou o fio da civilização cristã, única que pode trazer a felicidade sobre a terra.

O Museu de Arte de São Paulo não é apenas exposição suntuosa de trabalhos dos pintores de todos os tempos; é uma escola de sentimento. Os artistas devem ser os críticos severos da sociedade em que vivem. Longa fase da história do Brasil se projeta nas pranchas de Debret. Elas embaciam não raro os nossos olhos. Mais felizes irão ser, por certo, os alunos do Museu de Arte de São Paulo. Nas obras de suas tintas há de se vislumbrar a aurora de uma era de maior fraternidade entre os homens. E "O preto Scipião" passará a ser trabalho de ficção, sonho mau, pesadelo de um pintor pessimista. Os quadros de Cezanne serão então examinados apenas como ponto de partida da nova concepção intelectual da arte, que considera a forma estrutural e não a distância e a perspectiva como valor

primordial da composição. E na solidez dos desenhos, nos efeitos de tinta, procurando ultrapassar a natureza no magnetismo de suas cores, a sua obra há de ser sempre considerada como das mais geniais de todos os tempos.

Cosme Velho, 11 de maio de 1950.

AGAMENON MAGALHÃES

SR. PRESIDENTE — Se é doloroso que a natureza, ao limitar a duração da vida humana, não tenha em conta a sua superioridade sobre a dos outros seres, mais pungente ainda é verificar-se que nem sempre são os longevos aqueles que culminam na escala moral e intelectual da espécie.

Perdeu o Brasil Àgamenon Magalhães, nome que enche uma época com o fulgor da inteligência e o rumor de atividade esplêndida.

Sua cultura e seu amor da humanidade davam-lhe uma visão quase messiânica dos problemas sociais, que êle versava com energia só encontrada no gerador do coração dos paladinos.

A obra social, que realizou, não se podia dar, num país que tem as sementes de sua organização de trabalho nas covas da escravidão, senão de cenho cerrado e de punho forte.

Todos somos testemunhas da bravura com que pelejava na Constituinte e nesta Câmara pela defesa das conquistas sociais. E no momento em que esta obra, ainda em consolidação, sofre os mais rudes impactos vindos dos extremismos, o Brasil se vê privado de seu acendrado civismo, das luzes de sua superior cultura e dos entusiasmos de sua energia de lidador.

Assim, não é somente o Partido Social Democrático, que êle ajudou a fundar e a cujo programa serviu com lealdade e dedicação insuperáveis, que lamenta sua perda. É todo o povo brasileiro, sem matizes políticos, e sobretudo o homem do trabalho — empregador e empregado — que constrói com esforço quase sobre-humano a grandeza da Pátria.

A bancada do Partido Social Democrático de Minas, pelo povo que representa, nesta Casa do Congresso, junta suas preces às dos pernambucanos, que viam em Àgamenon Magalhães a síntese de suas mais nobres virtudes.

Se é possível à sua família e aos seus amigos, em cujo número sempre me honrei de incluir-me, algum consolo, é saber que os sentimentos cristãos a todo momento o animaram e que seu

nome avultará, cada vez mais, com o curso dos tempos, na história de nossa Pátria.

Esta, Senhor Presidente, a palavra, que a emoção restringe e **angustia**, de homenagem e de saudade da seção de Minas Gerais.

Câmara dos Deputados, 23 de dezembro de 1952.



UNIÃO

A imaginação, privilégio que Deus concedeu ao homem, permite-nos subir ao mais alto dessas montanhas e ouvir Minas, no seu enterrecimento àqueles que lidam pelo bem do povo. E essas ressonâncias lembram a página de Victor Hugo sobre o rebate dos carrilhões na Páscoa, ao nascer do sol. A um sinal partido do céu, porque é o sol que o dá, mil campanários estremecem ao mesmo tempo. A princípio, são tinidos esparsos, de uma igreja a outra, como quando os músicos se advertem que se vai começar. Depois, de repente, a audição parece adquirir vista e eleva-se de cada igreja como que uma coluna de som, uma fumaça de harmonia. Em seguida, a vibração de cada sino sobe direita, pura e, por assim dizer, insulada das outras, no céu esplêndido do amanhecer; depois, pouco a pouco, engrossando, elas se fundem, mistu-

ram-se, apagam-se uma na outra e se amalgamam num concerto magnífico.

Assim é a solidariedade do povo mineiro. A princípio, aplausos esparsos, confusos e medrosos; **depois**, mais isolados, mais puros, mais confiantes e enérgicos; finalmente, **êles** se harmonizam e se confundem numa consonância de vozes que enobrece e glorifica.

O deputado Último de Carvalho tem a ventura de experimentar a sensação dessa solidariedade. Sua carreira política se vai desdobrando em céu aberto. E, desses aplausos, a homenagem que agora recebe é soberbo resumo. **Êle** bem o merece, pelo seu trabalho, pela sua lealdade, por seu amor aos postulados do partido, pelo seu devotamento a Minas Gerais.

Foi Lammenais que escreveu: "Quando uma árvore está só, ela é batida pelos ventos e desfolhada; seus ramos, em lugar de se elevarem, cedem, como se procurassem a terra. Quando uma planta está isolada, sem abrigo contra o calor do sol, enlanguece, seca e morre. Quando o homem está só, o vento do poderio o curva e o ardor da ambição dos grandes deste mundo absorve a seiva que o nutre".

Não sejamos, então, como a planta e como a árvore isolada; **unamo-nos** e apoiemos uns aos outros, como aconselha o pensador. **Êste** é o lema do Partido Social Democrático, organização política que tem como fundamento de sua existência a felicidade do povo.

A solidariedade entre os componentes de um partido é a mais bela expressão das organizações políticas. Já que não é possível se unirem todos, que o façam pelo menos aqueles que têm as mesmas tendências, as mesmas afinidades, o mesmo idealismo. A bandeira **desfraldada** não pode deixar de ser senão a dos princípios que enobrecem o género humano. Os partidos que se deixam contaminar das ambições, dos ódios, pelo desejo de vindita, por qualquer forma em que esses sentimentos se disfarçam, estão fadados à mais triste decomposição de seus quadros. Assim como o **ímã** atrai o ferro, que é da mesma substância, o coração numeroso do povo é levado a se congregar em torno daqueles que guardam os mesmos sentimentos de generosidade.

Poderíamos ilustrar essa afirmação com vários exemplos; preferimos, entretanto, recor-

dar apenas a eleição do Governador Juscelino Kubitschek. O povo foi buscar nele o intérprete fiel de seus sentimentos democráticos, o trabalhador **incansável** de suas mais altas aspirações. Na realidade, **êle** não se sente bem senão ao lado do povo, manejando a charrua que vai abrindo caminho ao progresso definitivo de Minas. **Êste** vaticínio de sua arrojada obra de governo não é feito apenas por aqueles que sabem enxergar outra vida além das nuvens, como dizia o poeta. Fazem-no todos os que têm olhos de ver e coração para sentir. É certo que essa obra exige sacrifícios, mas não temos o direito de trabalhar só para o presente, senão o dever de realizar também para o futuro. E, quando a alvorada do renascimento da economia mineira surgir e o trabalhador estiver realmente amparado, o povo bendirá o passado e nós descansaremos tranquilos pelo dever cumprido para com a geração que nos antecedeu.

Mas esta festa é de alegria e de compreensão. É como se estivesse reunida t^oda uma grande família, para celebrar os feitos daqueles que têm maior responsabilidade na direção da casa. Por isso, e já que tenho a honra de falar

em vosso nome, eu vos peço palmas para Último de Carvalho, palmas para Juscelino Kubitschek, palmas para o Ministro Negrão de Lima, palmas para o general Estênio Estilac Leal, palmas para todos os que, em esferas estreitas ou dilatadas, obscuras ou brilhantes, mas com veemência e pureza de alma, pelejam pelo bem de Minas e do Brasil.

Rio Pomba, 1953.

TORQUATO DE ALMEIDA

Esta é uma terra privilegiada; todos aqui nascidos temos a *êste* lugar grande enternecimento. Não o amor das cidades antigas que se aquece nas lajes pisadas pelo esplendor de outrora, mas a admiração presente das coisas sempre renovadas. Não fosse *êsse* entusiasmo, talvez ela dormisse no esquecimento ou, pelo menos, no abandono que não cria nem vitaliza, não dá seiva nem se perpetua.

Houve tempo em que se ouvia falar de Pará de Minas nas estradas, nas vilas, nas capitais, em *tôda* parte. Seu nome se confundia de tal maneira ao do administrador infatigável que lidava, então, pelo seu progresso, que não se podia separar um do outro. E é *êste* nome, Torquato de Almeida, que o povo imortaliza em bronze neste momento. A obra que *êle* realizou tem sua expressão no apito das locomotivas e na fumaça das chaminés que invadirão esses céus pelos séculos afora, lembrando às gerações que não podem olvidar os benfeitores, seja qual for a época em que tenham vivido.

E, se o coração generoso da mestra mineira pode desenhar, nas cartilhas das escolas que Torquato de Almeida fundou, seu perfil de homem público devotado ao bem do município, *êste* bronze é o testemunho daqueles que receberam diretamente os benefícios de sua obra administrativa. Não estamos, portanto, inaugurando esta estátua para os que vivem na hora presente, que dela não carecemos, mas eternizando a efígie de um homem afeiçoado ao bem do povo.

A história da Grécia é contada tanto nas páginas de seus historiadores como nas pedras e nos mármores de seus artistas. A das comunas, por pequenas que sejam, deve ser fundada em fatos positivos. Em frente ao Petit Trianon, só a estátua de Machado de Assis ficaria bem; qualquer outra não caberia ali. Nesta praça, em que Torquato de Almeida nasceu, numa casa escarrapachada com casuarinas assoviando na porta, só se compreende a sua estátua. Nós a erguemos comovidos, como quem presta à história do município o depoimento de que *êle* foi bom, generoso e, sobretudo, amou esta terra com devotamento.

Pará de Minas, 1* de novembro de 1954.

CAIO DE MELLO FRANCO

SR. PRESIDENTE — Acaba de falecer em Paris o Embaixador Caio de Mello Franco.

Esta notícia, estou certo, consternou o Senado, porque se trata do desaparecimento de um diplomata ilustre, que vinha, nos diversos postos por que passava, prestando os mais assinalados serviços ao Brasil.

A **mim**, porém, ela comove: é o passamento do amigo. Mais um galho que tomba dessa árvore da amizade que a gente consegue selecionar, nos verdes anos da mocidade, e manter a custo, na sua pureza, durante os entrechoques de nossa transição pelo tempo. Minha amizade a Caio de Mello Franco vinha dos bancos da Faculdade de Direito desta Capital. Ali pude vislumbrar sua grande inteligência e sentir a beleza de seu coração, qualidades que haviam de marcar **tôda** a sua existência. Coração e espírito formavam a sua personalidade rara. Como

escritor ou como diplomata, é esta a trajetória de sua vida. Não teve arroubos de energia nem deslizes de heroísmo. Seguiu o caminho da santidade, que purifica o ambiente e os homens sobre a terra. Quem se aproximasse **dêle**, adivinhava desde logo o mineiro bom e desprendido, que Afonso Arinos celebrizou nos seus contos.

Nasceu por acaso fora do Brasil, mas tinha, em sua pessoa, todo o sabor da terra mineira, que **êle** canta em versos, cujo livro me foi oferecido com esta dedicatória:

"Meu amigo Valladares:
— escrito durante a guerra —
leias tu, nos teus vagares,
êste meu "Cheiro de Terra".

"As nossas Minas Gerais
com seu perfume — aqui estão . . .
Se o tempo não volta mais,
Nossa infância também não!

"Em troca, o Esperidião
que há de vir e de ficar
não é como essas lembranças
de quando éramos crianças
que vão ligeiras passar . . ."

Era lhano, simples, introvertido e, ao mesmo tempo, comunicativo, principalmente com aqueles que necessitavam de sua ajuda. Espôso modelar, amigo perfeito. Educado, fino, sensível aos acontecimentos humanos, prudente, trabalhador previdente e avisado, estudioso de nossos problemas, patriota sem jaça, Caio Mello Franco era bem o modelo do diplomata do Brasil.

E **êle** desaparece justamente no momento em que nossa Pátria mais necessita de homens assim, sem ódios e sem prevenções, capazes de servi-la com amor e dedicação.

Senado Federal, maio de 1955.

NO PAÍS DAS LANTERNAS

SR. PRESIDENTE — Não devemos repetir, no plenário, os argumentos de nosso parecer proferido na Comissão de Justiça, a respeito da licença solicitada pelo nobre senador Lino de Matos. Desejamos, apenas, realçar que nenhum intérprete da Constituição, por mais desavisado, iria estudar a organização dos Poderes nos capítulos referentes aos funcionários públicos. Isto dito, passamos a responder a um discurso pronunciado na Câmara dos Deputados.

Sorteado, na Comissão de Justiça, relator do pedido de licença formulado pelo nobre senador Lino de Matos, não tivemos a sorte de nosso parecer agradar ao nobre deputado Carvalho Sobrinho. É pena, Sr. Presidente; mas vale a compensação de haver nosso modesto trabalho proporcionado ao erudito deputado oportunidade de pronunciar um discurso em que se

alivia um pouco de seu carregado saber das letras jurídicas e clássicas.

Não ignoramos que S. Excia. navega para o país das lanternas, atingido por Pantagrueu, onde essas luminárias representam a sabedoria e a virtude. E por isso, Sr. Presidente, humilde pecador da política, não podemos deixar suas palavras sem resposta. Se, ao menos, essas palavras ficassem geladas, como os gritos e os estridores da batalha que se travou nos confins solitários do mar glacial, de que nos dá notícia o piloto da legendária frota da extraordinária personagem de Frei Francisco, ainda podíamos guardar silêncio e sofrer a pecha de, numa comissão técnica, haver apresentado um parecer político. Mas, Sr. Presidente, neste país tropical, as palavras se movimentam ao calor das paixões e dão lugar, muitas vezes, à consolidação de conceitos injustos sobre homens públicos.

Não nos magoa a opinião de não termos autoridade em matéria de direito constitucional. Podíamos alegar que, durante anos a oito, nossos pareceres não foram desaprovados pela Comissão de Justiça da Câmara. Não aproveita, Sr. Presidente; o conceito de autoridade é muito

relativo. Se nos tivéssemos pronunciado contra a licença, a esta hora o nobre deputado Carvalho Sobrinho estaria jurando sobre a autoridade de nosso parecer.

Mas, Sr. Presidente, por que se abespinhou tanto o Sr. Carvalho Sobrinho, ao ponto de cometer a injustiça de atribuir a seu colega o feio ato de haver dado um parecer sob inspiração de interesses políticos?

Velho advogado da província, fomos caçar “la pie voleuse” e encontramos a ninhada de pratas brilhantes da pureza do regime em próspero município de São Paulo, onde o eminente parlamentar assentou sua tenda política.

Se o Senado quiser, pode indagar mais. Nós estamos satisfeitos e com a consciência tranquila de termos cumprido nosso dever, não nos colocando a serviço de quem quer que seja, nem de paixões ou interesses políticos.

CLUBE DOS 21

MEUS SENHORES—É prazere honratomar parte numa reunião do Clube dos 21. A finalidade d'êste Clube é a harmonia. É um clube de ritmo; quase um cõro de igreja. Na orquestração de suas vozes, não há mais alto nem mais baixo, sons que se ajuntam na beleza da sinfonia. O altar é o da Pátria, nem por isto se pode queimar menos incenso. Na alegria da fé, não há turíbulos que bastem. Não se pede muito quando se pede para todos. É esta a orquestra dos 21. De Norte a Sul, só ouve o mesmo tambor, apregoando a união sagrada.

Êste clube é uma inspiração. Os 21 Estados aqui representados só falam a linguagem alta de entusiasmo e de esperança. Nenhum murmúrio dissonante, nenhum gesto de desalento. A expressão da grandeza de cada um representa o esforço de todos. Daí, a fortaleza da unidade da Pátria. Esta pregação enobrece.

É de São Paulo que ela parte. Não devia ser de outro lugar. Daqui saíram as bandeiras que acordaram nossos sertões. Daqui Pedro I proclamou a Independência. Daqui Castro Alves pregou a libertação dos escravos. Daqui se alteou a voz de Bilac conclamando a mocidade a animar as fileiras do glorioso exército.

São Paulo comparece sempre na vanguarda dos grandes ideais. À altura de suas chaminés não atinge a poeira das estradas. Daí todos se sentirem bem em torno da mesa que aqui se armou com o elevado pensamento de servir o Brasil.

As vozes aqui se entoam sob a inspiração de tôda a terra brasileira. De Norte a Sul é a mesma toada dos que trabalham cantando. As de hoje se dirigem a Minas Gerais. Minas que se comove com os feitos de todos e não sabe exaltar os seus próprios senão como os do Brasil. No centro do país, Minas gravita na dependência dos outros Estados. Isto deixa de ser uma diminuição porque é um bem para a unidade da Pátria. Dessa compreensão depende o engrandecimento de que êste clube se fêz arauto.

Em torno desta mesa se assentam personalidades das mais expressivas. Suas palavras de

experimentados patriotas estimulam e entusias-
mam.

À clarinada de paz e de esperança que daqui
se ergue lembra o velho conceito de Lamennais
de que a união faz remover rochedos. Eu vos
felicitó; eu vos agradeço de todo o coração.

São Paulo, abril de 1956.

BENEDICTUS QUI VENIT...

As excepcionais solenidades com que esta
cidade vem comemorando a sagração episcopal
de seu pároco, Padre Geraldo Maria de Moraes
Penido, suscitam recordações que cada um de
nós tem o desejo quase incontido de rememo-
rar em voz alta.

O esplendor do mês de Maria, padre Sil-
vestre aconchegando as crianças debaixo do pálio
de sua bondade, as santas Missões em que havia
sempre um missionário mais velho, todo doçura
e sábia tolerância; o grande e generoso coração
do padre Zeca a pulsar de bravo para conseguir
o que queria a bem da Igreja e do Município,
a primeira e pomposa visita pastoral de Dom
António dos Santos Cabral quando tive a honra
de ser o orador da recepção e outra, igualmente
solene, o "chauffeur" que o reconduziu à sede
do Bispado; tudo isto comove e faz pensar na

perpetuidade da Igreja e, então, nossas recordações tomam asas e já nos encontramos em Roma, durante o Ano Santo, na Basílica de São Pedro.

A igreja repleta aguardava a missa das onze horas, o sol, penetrando custosos vitrais, dava à nave um colorido sobrenatural; nisto, ouviram-se três pancadas na porta do lado do Vaticano, que se abriu e, por ela, entrou o Sumo Pontífice Pio XII, conduzido na sédia gestatória, sob o pálio, precedido da cruz papal, rodeado de seus guardas, e avançou pela nave do centro até o trono, debaixo de indescritível entusiasmo.

Sua oração a todos os povos do mundo, que ali se manifestavam, teve início com a antífona do Domingo de Ramos, com a qual queremos também começar a saudação que, em nome de todos os católicos aqui tão bem representados, nos coube dirigir a Sua Santidade:

"Benedictus qui venit in nomine domini"

E aquele que foi aclamado das multidões, por ter vindo em nome do Senhor, disse a Simão Barjona: "E eu te digo, Pedro, que tu és Pedro, e sobre esta pedra hei de fundar a minha igreja". Padre Vieira afirma que "de tal maneira obra

Deus com sua suma sabedoria, que parece se emendar com a experiência. Arruinou-se o primeiro edifício, porque o fundou em um homem de barro; para que não se arruine o segundo, funda-o em um homem de pedra."

E a obra, resistindo a todos os ventos maus, cada vez mais se solidifica na eternidade dos tempos. De igual maneira, a autoridade, de que Pedro foi investido, destinava-se a durar, através de seus sucessores, "até à consumação dos séculos".

E é sob o influxo dessa autoridade que o Santo Padre Pio XII se interessa vivamente por todas as preocupações espirituais e sociais que inquietam a humanidade. E, intransigente quanto à doutrina e à disciplina, conciliador nas suas relações de ordem política, torna a igreja cada vez mais respeitada.

Ao exaltar a Igreja de Roma e o principado da cadeira apostólica, ergamo-nos todos em honra de sua Santidade, o Papa, Pio XII, gloriosamente reinante.

O RESPEITO DA TRADIÇÃO

No encerramento desta sessão solene, honrada pela presença de S. Excia., o Sr. Presidente Juscelino Kubitschek, gostaríamos também de saudar os homenageados do Partido Social Democrático. Nossas palavras, entretanto, se apagarão na eloquência dos conceitos enunciados pela força espiritual que emana da mocidade do líder da maioria da Câmara e da experiência do líder do Senado.

Aproveita mais dizer ao Embaixador Amiral Peixoto, dedicado e eficiente companheiro desde a fundação do Partido, e que tanto brilho tem dado à sua Presidência, que, no exercício das atribuições que nos acabam de ser transmitidas, não mediremos esforços para que nossa instituição partidária se fortaleça cada vez mais.

Os partidos políticos têm o destino que lhes imprime o patriotismo de seus dirigentes. Al-

teiam-se nos vértices dos interesses coletivos ou se afundam na esterilidade dos proveitos e das contendas individuais.

Devem lutar na arena das ideias, mas, acima de tudo, colaborar na solução dos problemas vitais para a Nação.

Nesta tese incluímos todos os partidos, em que se expandem as atividades políticas, a fim de que não se dissipem suas energias criadoras.

O Partido Social Democrático é dessas agremiações políticas que representam o povo nas suas expressões exatas de elite, classe média e operária. E é, talvez por isso mesmo, um partido moderado que visa ao bem da Pátria na harmonização das aspirações de todos.

Quando êsse Partido, que é majoritário, se esforça para eleger o primeiro magistrado da República, o faz com a convicção de poder prestar maiores serviços ao País. Não tem outro interesse, nem mira a outro objetivo.

Neste momento, está na Presidência da República a personalidade singular de um de seus líderes, o Presidente Juscelino Kubitschek, que busca realizar uma grande obra política e administrativa. Ele tem contado, para isto, com

a colaboração dos partidos que o elegeram e de prestigiosos elementos de outras agremiações partidárias.

O Partido Social Democrático tem tōda a confiança na ação inteligente e patriótica do Presidente e não lhe regateia apoio, tanto mais decisivo quanto maiores forem as dificuldades que seu patriotismo tiver de enfrentar, na solução dos problemas que inquietam a Nação e embaraçam o progresso do país.

Agradecemos as bondosas referências do Embaixador Amaral Peixoto e as palavras generosas proferidas em nome do Partido pelo jovem e eloquente pessedista, deputado Cid de Carvalho.

A renovação dos quadros, tão necessária aos partidos políticos, não nos preocupa na hora em que alguns já atingimos o outro lado da montanha. Tranquiliza-nos a mocidade exuberante que vem surgindo, cheia de entusiasmo, nas fileiras do Partido. E ela pensa, com Disraeli, que "o respeito da tradição, tantas vezes ridicularizado por espíritos superficiais, parece provir de um profundo conhecimento da natureza humana".

Não se pode apagar a esteira que liga ao passado, do contrário os partidos políticos seriam barcos frágeis ao sabor dos ventos inconstantes da atualidade.

Sentimo-nos desvanecidos com a presença de parlamentares e de representantes de partidos políticos, que vieram realçar esta solenidade em homenagem ao Presidente Juscelino Kubitschek e ao embaixador Amaral Peixoto.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1956.

MAYNARD GOMES

SR. PRESIDENTE — Não tenho o gosto da tribuna, prefiro guardar no coração os meus momentos de alegria ou de tristeza. Entretanto, nesta homenagem póstuma a um membro do Parlamento Nacional, não posso deixar de dizer algumas palavras, interpretando meus sentimentos pessoais e os do povo que represento nesta Casa.

Não passou apenas um Senador da República; desapareceu um soldado que desembainhou sua espada, em terras de Minas Gerais, para combater aqueles que queriam governar demais, impondo ao povo sua vontade. Na inquietação daqueles dias, **êle** foi sincero e bravo. É o exemplo que havemos de tirar dos fatos para a segurança da democracia brasileira, coloca Maynard Gomes entre os que batalharam pelo ideal da soberania do **povo**.

A sua vida foi de um bom e de um simples, e **êle** deve ter sido feliz. Saint-Exupéry diz, numa das mais belas páginas de "Le Petit Prince", que os homens cultivam milhares de rosas num mesmo jardim e não encontram o que procuram. No entanto, o que buscam está numa única rosa ou num pouco d'água. Os olhos são cegos, é preciso procurar com o coração.

Nada mais belo, Senhor Presidente, do que a vida de um homem desambicioso e devotado ao bem público, como foi Maynard Gomes. Ela toca a nossa emoção.

É êste o pensamento do povo mineiro.

Senado Federal, H de agosto de 1957.

MENDES PIMENTEL

Senhor Presidente:

Faleceu, ontem, nesta Capital, o Professor Francisco Mendes Pimentel.

Jurisconsulto dos mais eminentes, professor e reitor da Universidade de Minas Gerais, professor "honoris causa" da Faculdade de Direito de São Paulo, membro da Comissão Permanente de Codificação do Direito Público, árbitro na Corte Permanente de Arbitragem de Haia, sua biografia honra os cultores do Direito.

Não é, porém, êsse aspecto que desejamos altear, mas o lado humano de sua personalidade, na beleza de sua vida, que dominou, por longos anos, Minas Gerais. Tudo pode ser sintetizado em dois fatos: seu escritório tinha as portas descerradas aos que iniciavam a difícil e nobre profissão de advogado, e foi êle quem, como Presidente do Conselho Penitenciário, sugeriu e

incentivou a construção da Penitenciário Agrícola das Neves, destinada a reabilitar os segregados da sociedade e minorar seus padecimentos.

Esses dois exemplos, saídos de inúmeros outros, mostram seu espírito de colaboração e de caridade. Espírito de colaboração que enxerga os outros homens, não com o pensamento de destruir ou esmagar, para tornar a vida mais fácil sem a concorrência, mas como viandantes da mesma estrada, peregrinos da mesma fé, arautos dos mesmos sentimentos. Espírito de caridade que, no dizer de Pascal, leva a ter-se no coração o desejo de salvar aqueles contra quem se fala.

Nada fazia sofrer tanto a Mendes Pimentel como a decepção dos moços na defesa das causas justas.

O Direito estava integrado no seu sangue, corria nas suas artérias, alimentava as células de seu espírito. Nenhum descuido deixava penetrar na sua circulação o veneno da ambição ou do ódio. Na placidez de sua fisionomia varonil, todos os desajustes se esbarravam.

E êle desaparece justamente no momento em que os homens se tumultuam sem saber o que realmente interessa a todos.

Novas normas terão forçosamente de ser ditadas pelo direito dinâmico na sua movimentação. Então, é que se vai sentir mais a falta de Mendes Pimentel, como a de Rui e de Lafayette.

Mas os traços de sua vida ficarão como aquele passo de que nos fala o poeta, que, enterrando na areia dos tempos, lá imprimiu o sinal que nem a morte nem os cataclismos conseguirão apagar nunca. E neles os moços hão de encontrar as trilhas seguras para novas conquistas do **Direito**.

Senado Federal, 21 de agosto de 1957.

RESPOSTA A JURACY MAGALHÃES

Senhor Presidente:

Lendo "Os Mártires", de Chateaubriand, Augustin Thierry descobriu sua vocação de historiador. Relatemos, na tradução de suas próprias palavras, como o fato se passou: "A impressão que me fêz o canto de guerra dos francos, teve qualquer coisa de eletrizante. Deixei o lugar em que estava assentado e, caminhando de uma ponta a outra da sala, repeti em voz alta, fazendo soar meus passos no chão: Pharamond! Pharamond! Nós combatemos de espada... Esse momento de entusiasmo foi talvez decisivo para a minha vocação".

Guardadas as proporções, aconteceu comigo a mesma coisa. Andando de um lado para o outro, neste plenário, ouvindo o Senador Juracy Magalhães gritar com voz terebrante como o canto do averano no galho mais alto do juazeiro do sertão do Xique-Xique, "Valladares! Valladares!", descobri a minha tendência de historiador.

O primeiro capítulo de minha modesta obra, peço licença para dedicar ao Senado, em homenagem à paciência com que tolerou, dias *ã fio*, uma obstrução sem sentido nem lógica.

Em dezembro de 1936, um barco de fundo chato vogava nas águas mansas do São Francisco. Seus passageiros, que se destinavam à cidade do Salvador, levavam a missão de pescar um peixe que escapulira do aquário do Presidente Vargas, tangido do receio dos bicos afiados das galinhas verdes. Mas a situação poderia ser contornada, e era o que iam fazer aqueles pescadores de linha e arpão. Sabiam que os tubarões espreitavam nas costas do Atlântico, mas nada receavam porque levavam na missão a alma do velho pescador do mar das Caraíbas. E às vezes é mais fácil convencer os peixes do que os homens, como nos ensina, nas suas pregações, o mestre Padre Vieira.

Entre os passageiros do barco se encontravam Juscelino Kubitschek, Mário Matos, Israel Pinheiro, Carlos Luz, Octacílio Negrão e Washigton Pires que terão páginas de cores diferentes na história da política brasileira.

Em Carinhanha, entraram Juracy Magalhães e Manuel Novais e a vida de bordo, se não existissem os potós, teria se tornado esplêndida naquele barco de água doce, sem ondas encapeladas.

Juracy Magalhães dava animação a tudo, era o primeiro nos tiros de fuzil nos jacarés de papo amarelo descuidados sob o sol à beira do rio largo; pontaria certa, fazia "doublé" nas garças brancas que, à passagem do barco, esvoaçavam na rota do céu pardacento.

Dava gosto vê-lo nos jogos de salão ou na caçada das capivaras.

Todos estavam encantados, que homem simples e bom, é uma joia o Governador da Bahia. Às vezes, o barco encahava nas corredeiras e Juracy comandava o desencalhe. Em Bom Jesus da Lapa, rezou contrito, conquistando em definitivo o coração dos mineiros. No trem que vai de Juazeiro a Bonfim, no automóvel que passou por Feira de Santana e chegou a Salvador, era o mesmo homem, alegre, folgazão e delicado. E o povo, que o amava, recebeu seus hóspedes com expansões de júbilo difíceis de ser igualadas. No Palácio da Aclamação falou Aliomar Baleeiro, numa linguagem mais gostosa do que a usada no Parlamento.

E os três dias de vatapá e dendê, água de côco e pimenta de cheiro; de arte, na beleza das morenas de olhos verdes, na riqueza da pintura das igrejas, no ritmo da música dos carrilhões e orquestras, nós os creditamos a Juracy Magalhães .

Pouco tempo depois, fui encontrar Juracy em Poços de Caldas, numa cura de emagrecimento. Soldado disciplinado, seguia à risca as instruções do médico das termas, tomava banhos sulfurosos e duchas escocesas à hora certa, entrava no banho de vapor *sêco*, recebia com estoicismo o martelo elétrico no tecido adiposo.

Todas essas pequenas coisas revelavam o o motivo da predileção dos mineiros.

Por algum tempo, Juracy foi Imediato de um navio de grande calado que navegava, com notável poder ofensivo, rumo ao Catete. Infelizmente, naufragou na Bahia de Todos os Santos.

Veio a revolução de 1937 e *êle* não tomou parte nela. O motivo? Afirmo Juracy que é por ser democrata.

Uns aceitam, outros duvidam, nós éramos capazes de acreditar.

Não porque *êle* o diga apenas, pois ninguém vai afirmar que não seja uma coisa tão bonita, mas porque em Minas não chegou o eco de atos de seu governo contrários à democracia. E alguns democratas não têm a percepção de que às vezes é necessário transigir com ela na sua própria defesa.

Essa questão, porém, é de doutrina política e sou simples contador de histórias.

Com a revolução, Juracy Magalhães voltou às fileiras do exército e o perdi de vista. Não deixavam, entretanto, de chegar até meus ouvidos as gratas notícias do fulgor de seus cursos militares.

Em certa ocasião, visitou Minas uma missão militar argentina, presidida pelo General Guillermo J. Mohr. Acompanhavam essa missão brilhantes oficiais do exército brasileiro, entre os quais o Coronel Onofre Gomes e o Capitão Juracy Magalhães.

Elegante e discreto, dava o Capitão Juracy Magalhães ao estrangeiro a medida exata da distinção de nossas Forças Armadas.

Em sua homenagem, fizemos passar, no banquete, um filme em que *êle* figurava como Governador da Bahia.

No correr dos tempos, muita coisa mudou e fomos encontrar Juracy Magalhães, já Coronel, como Adido Militar da nossa Embaixada em Washington. Não sei como descrever o tratamento que *êle* nos dispensou. Abriu-nos as portas de sua residência, conduziu-nos por *tôda* a parte em seu automóvel de vidro azul.

Sem *êle*, talvez não tivéssemos conhecido a casa em que morou George Washington, a vários quilômetros da capital, nem o cemitério de Arlington que dá a sensação de que tudo

pode ser transformado em árvores, arbustos e flôres.

Com *êle*, visitamos o Monumento de Lincoln e lemos juntos os dizeres, "Governo do povo, pelo povo e para o povo", lema infelizmente olvidado por aqueles que querem dificultar a qualificação do povo para o exercício do voto.

Despedimo-nos de Juracy entristecidos, esperançados, entretanto, em que *êle* voltasse breve para o Brasil, a fim de ocupar algum cargo também de acordo com seu mérito e patriotismo.

Na realidade, dentro em pouco, o Governo o nomeava Presidente da Petrobrás.

Não sou bom historiador, Senhor Presidente, esqueci-me de contar que, embora tarde, o peixe voltara ao aquário do Presidente Vargas.

A tragédia que enlutou o país fêz Juracy Magalhães abandonar o cargo que ocupava e se candidatar, em seguida, a Senador da República.

Eleito por uma coligação da qual faziam parte o Partido Trabalhista Brasileiro e a maioria do Partido Social Democrático da Bahia, apareceu nesta Casa, sorridente e jovial.

Olhávamos o Senador Juracy Magalhães e tínhamos a certeza de estar divisando um trabalhista ou mesmo um pessedista da velha guarda.

Vai senão quando, *êle* é eleito Presidente da União Democrática Nacional.

O peixe se transformou em jacaré bicudo, bicho mau, distribuindo rabanadas para todo lado.

Dias seguidos, o Senador Juracy Magalhães trouxe o Senado em suspenso, remetendo cutiladas a torto e a direito.

Todo mundo tinha *mêdo* de tomar uma estocada.

As que me couberam, eu as recebi com galhardia, porque, "dur d'oreille", só ouvia sons agudos, percebendo mal a articulação das palavras.

As pretas velhas da fazenda de minha mãe faziam uns biscoitos deliciosos. Expremiam a massa enorme dentro dum pano furado e saía um fiozinho comprido que desenhava letras e arabescos.

Usei com o Senador Juracy Magalhães o processo da preta Lúcia, expremi seus inúmeros e longos discursos e saiu esta coisinha miudinha de exploração política: — "o odioso projeto

que o Senador Benedicto Valladares concebeu para perpetuar a fraude no seu Estado" — "arma seus grandes planos que, não raro, têm execução contrária aos interesses públicos" — "mestre das manhas políticas".

O projeto difere da Lei Eleitoral em vigor apenas porque aceita que o eleitor somente assinne, na presença da autoridade e atestado por ela, o requerimento, a folha individual de votação e o título de eleitor.

Os claros da fórmula de requerimento impressa da lei atual, que deveriam ser preenchidos pelo eleitor, na presença da autoridade, seriam impressos ou dactilografados.

Isso visava a abreviar o alistamento que se vai arrastando molemente às vésperas do pleito e evitar que cidadãos que já são eleitores o deixassem de ser, por se sentirem inibidos, dada a natural timidez, na presença da autoridade de cujo julgamento depende sua sorte.

O fundamento do projeto é que a democracia é o governo do povo e que o nível de cultura neste país é muito baixo e já se aceita somente a assinatura em todos os atos da vida civil. São do Professor Hermes Lima, catedrático da Faculdade Nacional de Direito, as seguintes considerações:

"Evidentemente, visa o projeto a facilitar a inscrição, num alistamento revisto conforme as exigências de sua atualização, da massa de votantes sobretudo das zonas rurais. Esses eleitores não são analfabetos, sabem assinar o nome, compõem a massa dos semiletrados que, por esse interior afora, trabalham, produzem e alimentam os doutores. Passam pela escola um ano ou alguns meses, nunca tiveram necessidade de fazer requerimentos, jamais praticaram o hábito de escrever".

"Constata-se em certos círculos políticos uma firme tendência a restringir-se o eleitorado. A ideia de censo alto paira ostensivamente no ar. Não é fácil, porém, ligá-la à responsabilidade de qualquer partido democrata.

"Mas, agora, a perspectiva de excluir das eleições os votantes semiletrados, principalmente das zonas rurais, está proporcionando a uns a ilusão de que, por esse meio, se elevará o nível intelectual do eleitorado e a outros a esperança de que, mais fortes nas zonas urbanas, possam sair vitoriosos dos próximos comícios.

"O projeto Valladares, limitado aos eleitores já inscritos, sem comprometer no mais mínimo a revisão do alistamento, conservado o retrato, mantida a folha individual de votação, favorece, sem dúvida, a continuidade da mobi-

lização política do eleitorado rural, que não deve ser interrompida.

"Esse eleitorado já votou em muitos pleitos, pelo exercício do voto está apurando sua educação cívica e, portanto, deve ter assegurada sua presença nas urnas, através de meios adequados à realidade mesma do nível de suas letras.

"É uma injustiça medir-se pelo nível dessas letras sua capacidade de votar, sua capacidade de apreender os rumos da vida pública, sua permeabilidade às vozes da política. Os fatos assim o testemunham".

O projeto concorre a que cidadãos que assinam o nome, trabalham e produzem, continuem como eleitores, mas não dá lugar à fraude.

Se, entretanto, o Senador Juracy Magalhães, com sua inteligência penetrativa, descobriu qualquer coisa no projeto que pudesse favorecer a fraude, estava no dever de arguí-la, para que fosse emendada; nunca, porém, sustentar que o projeto foi lavrado com o objetivo de fraudar o alistamento eleitoral.

As virtudes, Senhor Presidente, se perdem no interesse como os rios se perdem no mar.

Essa máxima é de um pensador pessimista; no entanto nós assistimos constantemente à confirmação do que ele escreveu há séculos.

Não é justo nem de boa ética procure o Senador Juracy Magalhães adquirir consistência política para seu partido à custa da reputação de seus colegas.

Não quero ser duro com Sua Excelência, respeitando velha amizade, mas a articulação de que o projeto de simplificação do alistamento visou a perpetuar a fraude eleitoral, só poderia passar pela cabeça de quem está dominado por paixão cega.

Nosso projeto visou a evitar que cidadãos, que já são eleitores, e derramam seu suor na construção deste país sem escolas, passem pela humilhação de o deixar de ser.

Deus queira que o projeto, depois de emendado pela Câmara, e que assumimos o compromisso de votar, para impedir uma obstrução que poderia prejudicar o país e desmoralizar o Parlamento, alcance esse objetivo.

No nosso cepticismo, lembramo-nos do velho Demócrito que dizia: "A verdade é como o fundo de um pôço — o homem se assemelha a um cego que caminha tateando nas trevas. Nós não sabemos nem mesmo se sabemos alguma coisa".

Senado Federal, 1º de outubro de 1957.

ÍNDICE

	<i>Pág.</i>
Presidente Afonso Pena	3
Luiz Martins Soares	9
Horácio Cartier	11
Virgílio de Mello Franco	H
Joaquim Libânio	17
Resposta a José Américo	19
O Preto Scipião	24
Agamenon Magalhães	30
União	33
Torquato de Almeida	38
Caio de Mello Franco	40
No País das Lanternas	43
Clube dos 21	46
Benedictus qui venit	49
O Respeito da Tradição	52
Maynard Gomes	56
Mendes Pimentel	58
Resposta a Juracy Magalhães	61